



## Aprovada MP que segura preço do pão até dezembro

Medida provisória aprovada ontem pelo Senado prorroga até dezembro isenção de PIS-Pasep e Cofins para venda de pão, trigo e seus derivados e queijo do reino

O objetivo do governo com a edição da MP é segurar o preço desses produtos no varejo e, com eles, a inflação. As massas como espaguete e lasanha terão isenção até junho. A desoneração

deve gerar renúncia fiscal de R\$ 813 milhões em 2012 e de R\$ 44 milhões em 2013. A MP também amplia de R\$ 75 mil para R\$ 85 mil o valor máximo dos imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida. **3**

### Líderes acertam para hoje votação da Lei Geral da Copa **3**



Ana Volpe/Agência Senado

A Mesa do Senado, coordenada por Marta Suplicy, decidiu reduzir a cota de gasolina dos carros da Casa



José Cruz/Agência Senado

Humberto Costa, relator, e Valadares: representação do PSOL foi acatada

### Conselho abre processo contra Demóstenes

Senador, que pode ter o mandato cassado, é acusado pelo relator de ter mentido sobre sua relação com o contraventor Carlinhos Cachoeira. **5**



Lia de Paula/Agência Senado

Vital do Rêgo, presidente, e Odair Cunha, relator: sigilo gerou polêmica

### Policial federal confirma à CPI envolvimento de políticos

Em reunião secreta de quase sete horas, o primeiro depoente da CPI do Cachoeira, Raul Marques, reforça participação de parlamentares no grupo do contraventor. **4**

### Plenário vota hoje extinção de 14º e 15º salários dos congressistas

Inclusão do projeto na pauta de votações foi aprovada ontem pela Mesa do Senado, que também

decidiu reduzir a cota de gasolina nos carros da Casa para dez litros por dia, em vez dos atuais 25 litros. **2**

### Doação a escola pública pode ser abatida do IR **6**

Mais tempo para comprar outro imóvel sem imposto **8**

Adicional de insalubridade para trabalho com limpeza **8**

Especialistas defendem acordo sobre biodiversidade **7**

Debate sobre PEC da Música divide artistas e governo **8**



Pablo Valadares/Agência Senado

Ivo Cassol e Rodrigo Rollemberg em reunião da Comissão de Meio Ambiente

### Projeto aprovado obriga fabricante a deixar mais visível data de vencimento de remédio

Proposta aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do

Consumidor tem como objetivo evitar que pessoas comprem remédios vencidos sem saber. **7**

O governo e a oposição leem

JORNAL DO SENADO  
**17**anos



Além de incluir na pauta de votações a extinção da ajuda de custo a congressistas, Mesa do Senado decide reduzir a cota de gasolina nos carros da Casa para dez litros por dia, em vez dos atuais 25 litros

# Plenário deve votar hoje fim de 14º e 15º salários

A LIMITAÇÃO DA ajuda de custo a senadores e deputados conhecida como 14º e 15º salários deve ser votada hoje em Plenário. A inclusão do projeto na pauta foi uma das decisões tomadas ontem pela Mesa do Senado.

A Mesa também aprovou redução da cota de combustível utilizada nos automóveis do Senado. Agora o uso fica restrito a dez litros de gasolina ou 14 litros de álcool por dia, e não mais 25 litros.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 71/11, que trata da ajuda de custo aos congressistas, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em abril.

— Conversei com os líderes e todos disseram que não tem problema, em suas bancadas não tem rejeição ao projeto — afirmou ontem a presidente em exercício do Senado, Marta Suplicy, ao explicar a inclusão

na pauta de votações.

De autoria da senadora licenciada Gleisi Hoffmann (PT-PR), a proposta determina que o benefício seja concedido apenas no início e no fim de cada mandato, em vez de duas vezes por ano.

Na reunião da Mesa em 18 de abril, Marta disse que o presidente do Senado, José Sarney, considerou a medida “muito adequada”. Ela não detalhou a economia que a medida vai gerar para os cofres do Senado, mas ressaltou que é “considerável e bem-vinda”.

Quando foi criada, na década de 1940, a ajuda de custo teve como justificativa a necessidade de auxiliar deputados federais e senadores com mudança e transporte dos locais onde residiam para a capital da República, que era o Rio de Janeiro.

Também foi aprovada pela Mesa a alteração do nome do

Museu do Senado, que passa a se chamar Museu Histórico Senador Itamar Franco. Segundo o autor da proposta (PRS 39/11), José Sarney (PMDB-AP), a homenagem é justa, pois foi o parlamentar mineiro, morto em 2011, “o idealizador da criação de um museu que perpetuasse, por meio dos objetos e documentos, a memória do Senado”.

Além disso, foi autorizada a venda de bens do Senado. Por meio de leilão, devem ser vendidos objetos como móveis usados e computadores. Outras propostas aprovadas pela Mesa foram a revogação do ato que previa o auxílio-funeral para servidores comissionados — que já não era pago, pois foi considerado ilegal pela Advocacia do Senado — e a permissão de pagamento do auxílio-transporte aos servidores comissionados com menores salários.



Marta Suplicy, presidente em exercício do Senado, coordena a reunião da Mesa que aprovou o fim do antigo benefício

## Senadores cobram mais esforços para Pernambuco

Armando Monteiro (PTB), Humberto Costa (PT) e Jarbas Vasconcelos (PMDB) — reunidos no programa *Assunto de Estado*, transmitido pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela internet — avaliaram positivamente a economia de Pernambuco, salientando a importância de obras de infraestrutura e da recuperação de setores tradicionais da indústria. Lembraram, no entanto, que é preciso continuar os

esforços para levar o progresso ao interior do estado.

No programa, os três representantes de Pernambuco também criticaram a concorrência predatória, especialmente da China, contra produtos pernambucanos e destacaram a necessidade de reforma tributária.

Eles comentaram os motivos históricos da concentração da riqueza no litoral de Pernambuco e concordaram

que a industrialização tem mudado essa situação a favor do interior. Humberto considera “bastante positiva” a perspectiva de futuro para as regiões mais pobres, enquanto Armando chamou a atenção para os polos de desenvolvimento do semiárido.

Os três senadores também trataram da expansão da qualificação profissional no estado, salientando a necessidade de mais escolas técnicas.



Armando Monteiro, Humberto Costa e Jarbas Vasconcelos defendem o estado em programa da TV Senado

## Para Nascimento, medicina exige critérios técnicos

Alfredo Nascimento (PR-AM) criticou ontem a validação automática de diplomas de medicina expedidos por países estrangeiros sem critérios técnicos que comprovem capacitação técnica e prática profissional.

O senador alega que a formação em medicina difere entre os países. Além das grades curriculares diferentes, em alguns países não existe a obrigatoriedade da residência médica. Para ele, a falta de médicos no interior do Brasil não justifica a validação automática dos diplomas.

— É preciso melhorar a distribuição destes profissionais. Validar diplomas indiscriminadamente não resolve o problema e ainda gera efeitos colaterais indesejáveis, como a possibilidade de um atendimento inadequado — disse.



Waldemir Barrero/Agência Senado

## Rolleberg: França mostra que Europa busca novo modelo

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) comemorou a vitória do socialista François Hollande na eleição presidencial francesa. Ele disse que a conquista de Hollande, do Partido Socialista, “representa muito mais que uma vitória socialista em sua dimensão ideológica ou partidária”.

— Representa um processo global por uma nova visão, um novo caminho de desenvolvimento. Representa a derrota do receituário monetarista da austeridade que está na raiz da crise europeia — afirmou.

O senador acredita que a eleição de Hollande aponta para a necessidade da conciliação do crescimento econômico com geração de emprego, inclusão e justiça social, responsabilidade econômica, autonomia política e desenvolvimento sustentável.



Waldemir Barrero/Agência Senado

### ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 19h25 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO: Verbas para ministérios

**14h** A Medida Provisória 553/11, que destina recursos para os ministérios da Ciência e Tecnologia, da Defesa e da Integração Nacional, tranca a pauta da sessão deliberativa.

### PRESIDÊNCIA: Trabalho escravo

**14h** A presidente em exercício, Marta Suplicy, participa de reunião de líderes do Senado para discutir trabalho escravo.

### CRA: Código Florestal

**8h30** Análise de documento a ser encaminhado à Dilma Rousseff sobre as mudanças realizadas pela Câmara no projeto de reforma do Código Florestal. Em seguida, audiência sobre “Regulação sanitária e o mercado de agrotóxico”, por ocasião da 1ª Semana de Vigilância Sanitária no Congresso Nacional, promovida pela Anvisa.

### CCT: Políticas públicas

**9h** O ministro da Ciência e Tecnologia, Marco Antonio Raupp, fala na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática sobre as políticas do ministério adotadas para o setor.

### CAS: Seguro-desemprego

**9h** Análise do projeto que concede seguro-desemprego a empregados domésticos, independentemente de inscrição no FGTS, e do que exclui do salário de contribuição do empregado valores pagos em indenização de alimentação e transporte.

### CCJ: Fundo de Segurança Pública

**10h** Na pauta, projeto que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública. A comissão também analisa proposta que reduz o prazo para desocupação de imóvel no caso de descumprimento do mútuo acordo celebrado entre as partes.

### CMMC: Financiamento

**14h** Audiência pública sobre “Pagamento por serviços ambientais: mecanismos de financiamento da proteção do meio ambiente”, com representantes do Ministério do Meio Ambiente, da Agência Nacional de Águas, do BNDES e da ONG The Nature Conservancy.

### MERCOSUL: Anvisa

**14h30** A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul realiza audiência pública para debater a atuação da Anvisa no âmbito internacional.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



## Lei Geral da Copa pode ser votada hoje pelo Plenário

Líderes partidários trabalham para votar o projeto da Lei Geral da Copa ainda hoje no Senado. Ontem foi aprovado regime de urgência para a matéria, que dispensa a análise das comissões e remete o texto diretamente para o Plenário.

A expectativa do líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), é de que o projeto (PLC 10/12) passe sem modificações, para ir à sanção presidencial sem novo exame da Câmara. Ele anunciou que a intenção é manter o ponto até agora mais polêmico: a autorização para a venda de bebidas alcoólicas nos estádios em dias de jogos.

Braga observou que o Brasil apresentou uma “garantia master” perante a Fifa. Ele afirmou que, à época do acordo, nenhuma frente parlamentar questionou os compromissos firmados de “forma pública e transparente”. Não houve manifestação das bancadas que representam igrejas nem da frente que defende interesses da saúde, salientou.

— Então, nós não podemos agora quebrar contrato.

Ao deixar a reunião com líderes governistas no Senado ontem, a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, também ressaltou a conveniência, para o governo, de que o texto não mude.



Ministra Ideli define estratégias com líderes governistas em café da manhã

## Dilma analisa vetos a projeto de Código Florestal alterado na Câmara, diz Ideli

A ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, afirmou ontem, no Senado, que alguns artigos do projeto de novo Código Florestal aprovado pela Câmara serão vetados pela presidente Dilma Rousseff. O projeto havia sido aprovado pelos senadores depois de um longo processo de negociação, mas foi alterado na Câmara, o que contrariou o governo.

— Como a Câmara acabou apoiando mais os ruralistas, a presidenta deverá tomar como decisão nos próximos dias o veto — disse.

Jorge Viana (PT-AC) e Luiz Henrique (PMDB-SC) já apresentaram projetos para restabelecer pontos que faziam parte do acordo de votação no Senado. Ideli elogiou a iniciativa dos parlamentares e afirmou que Dilma não aceitará anistia a desmatadores e prejuízos a pequenos agricultores.

Ontem, a ministra participou de reunião com líderes governistas no Senado para discutir projetos de interesse do governo, casos da Lei Geral da Copa (*matéria acima*) e do ICMS eletrônico.

## Mantega explicará alterações da poupança em audiência na terça-feira

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, deverá comparecer a audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na terça-feira para explicar as mudanças na poupança.

Requerimento com esse objetivo foi aprovado ontem na CAE. Na presidência da sessão, Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que Mantega já confirmou presença.

Os depósitos em poupança feitos desde o dia 4 começaram a ser remunerados de acordo com novas regras definidas pela Medida Provisória 567/12.

Na prática, a mudança só produzirá efeitos para os depositantes a partir do momento em que o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, reduzir a taxa Selic para 8,5% ao ano. Hoje, a taxa está em 9%.

Em visita ao Senado, a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, considerou que a audiência da CAE será uma oportunidade para Mantega abordar o conjunto de medidas que visam reduzir o patamar dos juros. Segundo ela, o ministro da Fazenda também deverá falar à Câmara dos Deputados.



**O** vice-prefeito de Pelotas (RS), Fabrício Tavares (D), a rainha da Feira Nacional do Doce 2012, Melissa Cezar, e as princesas Jéssica Barz e Cibele de Souza são recepcionados no Plenário por Paulo Paim (PT-RS), Marta Suplicy (PT-SP) e Ana Amélia (PP-RS). A 20ª edição da Fenadoce também celebra os 200 anos de Pelotas

## Aprovada MP que isenta o pão e o trigo de tributos

Proposição relatada por Gim Argello também amplia para R\$ 85 mil o valor máximo dos imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida que podem ser construídos em regime especial de tributação

O SENADO APROVOU a medida provisória que prevê redução tributária para trigo, derivados, pães, queijo do reino e massas alimentícias. O objetivo da proposta, segundo o governo, é segurar os preços desses produtos no varejo e, com eles, a inflação. A MP ainda amplia, de R\$ 75 mil para R\$ 85 mil, o valor máximo dos imóveis que podem ser construídos por incorporadoras imobiliárias dentro de um regime especial de tributação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

A MP 552/11, aprovada na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 9/12, prorroga a isenção das contribuições para o PIS-Pasep e para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para importação e venda no mercado interno do trigo, farinha de trigo e pão comum, até dezembro deste ano. No caso de massas alimentícias, como espaguete e lasanha, essa isenção vai somente até junho. Modificação feita no texto pelos deputados também incluiu o queijo do reino entre os produtos que terão isenção até o fim do ano.

Já o benefício para a construção de casas prevê o pagamento de uma alíquota única, de 1% da receita mensal recebida, em vez do desembolso das alíquotas referentes ao Imposto de Renda; ao PIS-Pasep; à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e à Cofins. Estima-se que a ampliação do valor gere renúncia fiscal de R\$ 4,89 milhões em 2011, R\$ 58,71 milhões em 2012 e R\$ 64,75 milhões em 2013.

Já a desoneração do trigo, derivados, pão e massas deve gerar renúncia fiscal estimada em R\$ 813,12 milhões em 2012, e em R\$ 43,99 milhões em 2013. O relator no Senado, Gim Argello (PTB-DF), disse esperar que nova prorrogação da desoneração de trigo, farinha, pão e massas venha em outra MP. Sobre o Minha Casa, Minha Vida, Gim afirmou que já foram construídas 815 mil casas no âmbito do programa, e que a MP possibilitará a construção de mais 2,4 milhões até 2014.

— Ao aumentar o teto, evita-se o engessamento do programa e assegura-se que ele não será inviabilizado por motivos

inflacionários — afirmou o relator, acrescentando que a redução de 6% para 1% da alíquota incidente sobre a receita mensal auferida pelas incorporadoras participantes do programa acarreta diminuição significativa do custo de cada unidade residencial.

### Crédito presumido

Gim e Paulo Bauer (PSDB-SC) elogiaram a retirada, no PLV, de artigo da MP original que proibia a agroindústria de aproveitar o crédito presumido (valor restituído por um imposto pago em duplicidade ou indevidamente) da Cofins e do PIS-Pasep quando o insumo adquirido fosse empregado em produtos (de alimentação humana e animal) isentos dessas contribuições, ou sobre os quais elas não incidam.

Bauer afirmou que proporá resolução “para corrigir a deficiência financeira nas indústrias da edição da MP (em 1º de dezembro de 2011) até a sanção do PLV”. Segundo ele, após a MP, a razão para avicultura subiu 10%, gerando acréscimo de 1% no preço do frango.

## Requião prevê disputa judicial pelo ICMS



Roberto Requião

Os estados vão exigir na Justiça benefícios alternativos no âmbito de seus territórios que compensem, parcial ou integralmente, o tratamento tributário praticado até o advento da resolução que unifica o ICMS sobre importação, alertou Roberto Requião (PMDB-PR). Segundo o senador, os estados atingidos poderão argumentar que o projeto (PRS 72/11) “é inconstitucional, pois o processo legislativo, o caso, requereria lei complementar”.

Requião disse que os senadores precisam ficar atentos ao “equivoco de deixar nas mãos do Judiciário a possibilidade de estados e municípios planejarem seu próprio desenvolvimento”. Ele disse que votou a favor do PRS 72/11 por apoiar qualquer medida contra a guerra fiscal, mas defendeu que “o caminho da reforma tributária passa pela reforma econômica”.

## Casildo: estados devem recorrer na Justiça

Casildo Maldaner (PMDB-SC) manifestou preocupação com as consequências para Santa Catarina do Projeto de Resolução (PRS) 72/10, aprovado pelo Senado em abril. Para o senador, a proposta, que unifica em 4% o ICMS sobre importados, não soluciona os problemas da indústria brasileira. A unificação, segundo ele, desequilibra as contas dos governos estaduais afetados e coloca em risco a preservação do emprego e do desenvolvimento econômico.

O senador contou que o governo de Santa Catarina reuniu parlamentares, prefeitos e secretários estaduais para analisar a situação. Uma das propostas é que estados afetados questionem no Supremo Tribunal Federal (STF), por ação direta de inconstitucionalidade, a validade da legislação aprovada.



Casildo Maldaner



Primeiro depoimento na CPI do Cachoeira dura sete horas e gera questionamentos à Procuradoria-Geral da República sobre a falta de continuidade da Operação Vegas

# Delegado confirma envolvimento de parlamentares com Cachoeira

EM SESSÃO SECRETA ontem, o primeiro depoimento à CPI mista do Cachoeira durou quase sete horas. O delegado da Polícia Federal Raul Alexandre Marques de Souza, responsável pela Operação Vegas, confirmou o envolvimento de parlamentares com a organização criminosa comandada pelo contraventor.

— Estou convencido: o senador Demóstenes [sem partido-GO] era o braço político da organização, um dos principais braços políticos da organização — afirmou Raul Alexandre Marques de Souza, fora da sala da CPI. Para o senador, não há possibilidade de que o Senado mantenha Demóstenes, alvo de processo no Conselho de Ética por quebra de decoro.

Segundo grande parte dos parlamentares que participaram da reunião, o depoimento do delegado também confirma o envolvimento dos deputados Sandes Júnior (PP-GO) e Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO), além da ligação entre o esquema e a empresa Delta. A corrupção de agentes do governo foi outro ponto de destaque do depoimento.

— O resultado mais importante é que o delegado nos trouxe evidências claras



Senadores e deputados que integram a CPI ouvem o delegado da Polícia Federal responsável pela Operação Vegas

dessa organização criminosa, seus tentáculos nas mais diversas esferas de governo, quer seja em governos municipais, estaduais e no governo federal — avaliou o relator da CPI, deputado Odair Cunha (PT-MG).

O presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), disse esperar que o relator do inquérito no Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, acabe com o segredo de Justiça das investigações. Apesar disso, afirmou que a CPI não fará um pedido formal nesse sentido.

— Eu já conversei com o ministro Lewandowski outras vezes por telefone e vamos continuar conversando sobre isso. No momento certo, a Justiça determinará ou não o levante do sigilo — disse Vital.

Os parlamentares evitaram declarar suspeitas sobre o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, em razão da falta de continuidade da Operação Vegas, interrompida por envolver acusados com prerrogativa de foro, mas afirmaram que o assunto pede uma explicação da Procuradoria-Geral da República (PGR).

## Descontinuidade

De acordo com o deputado Odair Cunha, a operação foi iniciada em 2008 e em setembro de 2009 foi enviada à PGR devido à prerrogativa de função de alguns nomes que apareceram nas investigações. Um mês depois, a subprocuradora da República Cláudia Sampaio, esposa de Gurgel, teria respondido à Polícia Federal que não havia elementos

suficientes para denunciar os envolvidos com prerrogativa de função.

Para o senador Pedro Taques (PDT-MT), o fato não implica suspeição do procurador-geral, mas é preciso esclarecer o motivo da falta de continuidade das investigações.

— Eu defendo que esta pergunta seja respondida: por que ficou parado? Pode ser por escrito ou ele [Gurgel] pode vir e responder isso — sugeriu Taques, que informou a possibilidade de que requerimento para esse fim seja apresentado por Fernando Collor (PTB-AL).

Segundo o relator, o tema merece reflexão. Odair Cunha informou que uma decisão sobre a convocação de Gurgel deve ser tomada na próxima reunião administrativa, marcada para 17 de maio.

## Assessor agora pode consultar dados sigilosos da CPI

Desde ontem, cada integrante da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) do caso Cachoeira está autorizado a credenciar um assessor para consultar as informações sigilosas recebidas do Supremo Tribunal Federal (STF).

Antes, só os senadores e deputados da CPI tinham acesso aos dados.

A decisão de ampliar o acesso às informações foi

anunciada pelo presidente da CPI, Vital do Rêgo, por meio de nota. A CPI apura o envolvimento do contraventor Carlos Cachoeira com agentes públicos e privados.

Os dados estão disponíveis numa espécie de sala-cofre localizada no subsolo do Senado.

A nota de Vital esclarece que serão aplicadas todas as regras legais e regimentais de

preservação de informações sigilosas, ficando o parlamentar responsável pelos atos de seu funcionário.

O credenciamento deverá ser feito por meio de ofício assinado pelo parlamentar e dirigido ao presidente da CPI.

O acesso às salas onde se encontram os computadores é permitido das 9h às 20h, observados os procedimentos de segurança e de proteção

aos dados, de modo que não possam ser transmitidos ou reproduzidos.

Para ter acesso aos dados, o congressista e seu assessor não poderão portar telefone celular ou qualquer outro aparelho que disponha de câmara fotográfica ou filmadora. Também deverá ser assinado termo de responsabilidade, como forma de preservar o sigilo das informações compartilhadas.

## Relação entre plano de saúde e dentista deve ser regulamentada

Para discutir os problemas relativos à assistência odontológica dos brasileiros, será criada uma câmara com representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), das operadoras de planos de saúde e dos prestadores de serviços odontológicos. Em três meses, informou o senador Paulo Davim (PV-RN), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai aferir o avanço das negociações.

A decisão foi anunciada ontem, em audiência na CAS, na qual Davim criticou a forma

com que a ANS e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) abordam a assistência à saúde, “dissociando a saúde bucal da do resto do corpo”.

O presidente da Uniodonto do Brasil, José Alves de Souza Neto, disse que priorizar o aspecto financeiro desumaniza o processo de tratamento.

— Não há trabalho preventi-

vo, só há investimento no cliente doente. Quando o dentista consegue evitar ou reduzir o sofrimento do paciente, é menos remunerado — ressaltou.

Para o vice-presidente da

Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO), Luciano Elói Santos, o Estado precisa regulamentar a relação entre odontólogos e planos de saúde.

Entre as principais queixas dos usuários, informou o presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor (MPCON), José Augusto Peres Filho, estão a demora no atendimento e a diferenciação de tratamento e de qualidade de material utilizado feita entre usuários de planos e pacientes particulares.



Luciano Elói, Bruno Sobral de Carvalho, Paulo Davim, José de Souza Neto e José Augusto Peres Filho (D) na CAS

## Ana Amélia destaca propostas que visam combater a corrupção

Ana Amélia (PP-RS) destacou propostas que visam dificultar a corrupção, como o PL 6.826/10, que deve ser votado na Câmara este mês. O texto prevê punição das empresas e dos diretores que praticarem atos ilícitos. Hoje, elas não são punidas e empurram a responsabilidade para os funcionários.

— Estamos vendo isso agora no caso da Delta — afirmou, referindo-se à construtora sob investigação da CPI do Cachoeira.

Ana Amélia citou ainda projeto de sua autoria (PLS 25/12) que limita em 25% a ampliação do valor inicial de contratos de obras, serviços e compras.

## Couto afirma que população não vai às ruas protestar

Mário Couto (PSDB-PA) lamentou ontem que a população não saia às ruas para protestar. Ele lembrou o tempo em que o PT promovia passeatas contra a corrupção, além da participação de estudantes caras-pintadas.

O senador lembrou que há quatro anos foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e disse que “ainda não se completou um terço do prometido”. Ele afirmou que o “PAC procurou uma parceira para se casar e acabou encontrando uma senhorita esperta chamada Delta”, em referência à empresa envolvida nas denúncias a serem apuradas pela CPI do Cachoeira.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Relatório a favor do processo contra senador acusado de quebra de decoro devido às relações com o contraventor Carlinhos Cachoeira consegue aprovação unânime



Humberto Costa apresenta seu relatório, favorável à abertura de processo por quebra de decoro parlamentar, alegando que Demóstenes faltou com a verdade



Demóstenes pode recorrer ao STF contra o processo, diz Kakay

## Conselho de Ética aprova abertura de processo contra Demóstenes

POR UNANIMIDADE, O Conselho de Ética do Senado aprovou ontem a abertura de processo administrativo disciplinar contra Demóstenes Torres (sem partido-GO). O senador foi acusado, em representação do PSOL, de ter quebrado o decoro parlamentar por manter estreitas relações com o contraventor Carlos Cachoeira, preso desde fevereiro sob acusação de crimes como exploração de jogos ilegais e corrupção.

Em seu relatório recomendando a abertura do processo, Humberto Costa (PT-PE) alegou que Demóstenes “faltou com a verdade” ao afirmar, em discurso no Plenário, que só mantinha relações pessoais com Cachoeira e que militou contra a legalização de jogos de azar no país.

O advogado de Demóstenes, Antônio Carlos de Almeida Castro, chegou a pedir mais dez dias úteis para preparar a defesa, mas o pedido foi negado pelo presidente do Conselho de Ética, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Ele lembrou que o relatório não é peça acusatória, mas “etapa preliminar que aprecia

indícios de práticas de atos que possam sujeitar o representado a perda de mandato”. Valadares ressaltou que, instaurado o processo, Demóstenes poderá apresentar novas argumentações.

Para Humberto, a defesa tenta “postegar ao máximo a apreciação da representação” e age de forma “meramente procrastinatória”.

— Demóstenes, diretamente ou por seu advogado, já se manifestou oralmente e terá a oportunidade de se manifestar em todos os atos do processo. Tudo mais são delongas desnecessárias. O Senado precisa dar resposta à sociedade sobre como enxerga todos os indícios que ligam o senador ao contraventor Carlinhos Cachoeira — afirmou o relator.

Humberto ressaltou ainda que todo o seu relatório foi embasado nos indícios de relacionamento entre Demóstenes e Cachoeira, com base nos fatos confirmados pelo próprio parlamentar.

— O senador confirmou que recebeu geladeira e fogão importados; o senador confirmou que recebeu aparelho celular Nextel; o senador confirmou ter trocado centenas de telefonemas; o senador admitiu terem sido feitas milhares de referências de seu nome em diálogos entre Cachoeira e terceiros; e o senador admitiu conversa com Cachoeira sobre pagamento de aluguel de uma aeronave — resumiu Humberto.

Ele também aponta, em seu relatório, indícios de que Demóstenes teria atuado, durante o exercício do seu mandato parlamentar, de forma a fazer prevalecer os interesses de Cachoeira nas discussões legislativas sobre o segmento de jogos de azar. Segundo Humberto, “a afirmação de militância contrária à legalização dos jogos se mostra uma inverdade, verificada no curso de sua atuação parlamentar”.

### Depoimento de Cachoeira deve acontecer na semana que vem

Amanhã de manhã o Conselho de Ética volta a se reunir para decidir sobre requerimentos, incluindo um de Humberto para ouvir Cachoeira na quinta-feira da semana que vem, dia 17.

Com a aprovação da abertura de processo, o conselho entra agora na fase de instrução probatória, quando serão ouvidas testemunhas e Demóstenes. Também serão feitas diligências e até perícias, se necessário.

A Resolução 20/93 do Senado, que trata do processo administrativo, não

prevê prazo para a fase de instrução, mas o presidente do Conselho de Ética, Valadares, disse que pretende concluir o processo antes do recesso parlamentar, que começa no dia 18 de julho.

Demóstenes está sujeito a sanções que variam de uma simples advertência até a perda do mandato. Nesta última hipótese, o relatório final deve ser encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e depois enviado à Mesa para ser incluído na ordem do dia do Plenário.

### Valadares prevê que processo será julgado até 17 de julho

O presidente do Conselho de Ética acredita que antes do recesso, previsto para 18 de julho, o Senado já terá encerrado o processo aberto ontem sobre Demóstenes.

Valadares reconheceu que a equipe de defesa do senador goiano deve buscar todos os meios para prorrogar esse processo, cabendo, sobretudo ao relator, Humberto Costa, munir-se de argumentos contra manobras “procastinatórias”, ou seja, destinadas a adiar o encerramento do caso.

Na reunião de amanhã, além

de decidir sobre a confirmação do depoimento de Cachoeira para o dia 17, o Conselho de Ética também vai definir quem será o primeiro depoente dessa fase processual.

O presidente do conselho disse ao advogado de Demóstenes que lhe serão dados todos os meios jurídicos para defender seu cliente.

— Todos os meios de prova serão aceitos: depoimentos, documentos, testemunhas e perícias — explicou Valadares, único a não votar na reunião de ontem porque, como

presidente do colegiado, só opina em caso de desempate.

O advogado de Demóstenes afirmou que pleiteará o direito de levar ao conselho um técnico para avaliar os áudios do inquirido e que arrolará como testemunha de defesa o advogado Ruy Cruvinel.

Caso o processo chegue ao Plenário do Senado, após aprovação no Conselho de Ética e na CCJ, Demóstenes só perderá o mandato se o pedido de cassação for aprovado, em votação secreta, por 41 dos 81 senadores.

### Advogado do senador diz que pode ir ao Supremo

O advogado de Demóstenes não descarta recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão unânime do Conselho de Ética de abrir processo por quebra de decoro parlamentar.

— Não estou discutindo o resultado. Estou discutindo que deveria ter sido aberto prazo para que eu fizesse a defesa dos novos fatos. Existe a hipótese jurídica de ir ao STF para garantir os direitos constitucionais de ampla defesa e do contraditório — disse.

Kakay, como também é conhecido o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, argumenta que Humberto Costa centrou seu parecer numa hipótese de quebra de decoro não incluída entre as cinco imputações citadas na representação do PSOL.

— Eu vou conversar com Demóstenes porque ele pode optar por não questionar no Supremo e de fazer o enfrentamento no conselho — ponderou.

O advogado havia protocolado petição para que o Plenário do Conselho de Ética reabrisse o prazo da defesa por mais dez dias, em vez de decidir ontem. A solicitação, no entanto, foi negada por Valadares, presidente do colegiado.



Valadares (E) cumprimenta o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro



Projeto aprovado na Comissão de Educação permite que se deduzam do Imposto de Renda doações em dinheiro feitas a escolas e universidades públicas; autor se inspirou em modelo dos Estados Unidos

# Avança texto que estimula doação a faculdade pública

AS PESSOAS FÍSICAS poderão ser autorizadas a deduzir do Imposto de Renda as doações feitas às escolas e universidades públicas, dentro dos mesmos limites já estabelecidos em lei para os abatimentos de gastos do contribuinte e seus dependentes com educação.

A possibilidade está prevista num projeto de lei (PLS 566/11) do senador Blairo Maggi (PR-MT) que ontem recebeu parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O projeto inicial permitia que os contribuintes fizessem doações às universidades públicas. O autor se inspirou no exemplo dos Estados Unidos, onde doações desse tipo são mais comuns, e informou que apenas 20% dos recursos da Universidade Harvard,

apontada como uma das melhores do mundo, são provenientes dos cofres públicos. Os recursos restantes, como ressaltou o senador, provêm de anuidades dos alunos e de doações de ex-alunos e de “empresas interessadas no desenvolvimento do ensino e da pesquisa de ponta”.

A relatora, senadora Ângela Portela (PT-RR), elogiou a possibilidade de doações a universidades públicas. Mas disse não ver motivos para limitar a possibilidade de doações às instituições de ensino superior. Por isso, apresentou uma emenda que autoriza as doações de contribuintes também a estabelecimentos de educação básica — muitas vezes, a seu ver, “ainda mais carentes de recursos adicionais destinados a contribuir

para a melhoria da qualidade de ensino e da infraestrutura escolar”.

A relatora deu parecer contrário a emendas apresentadas pelos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Ana Amélia (PP-RS), destinadas a estender a possibilidade de dedução às instituições privadas participantes do Programa Universidade para Todos (Prouni).

A relatora afirmou preferir “fortalecer o princípio constitucional de que os recursos públicos devem ser, prioritariamente, destinados às escolas públicas”.

O projeto de lei agora será examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa (não precisará passar pelo Plenário do Senado).



Senador Roberto Requião conduz reunião em que foi aprovado projeto sobre doação a faculdades e escolas

## Benefício a firma que paga estudo de empregado

A Comissão de Educação aprovou ontem um projeto de lei que dá incentivos às empresas que financiam a formação profissional de seus empregados (PLC 68/11).

Segundo a proposta, as empresas poderão deduzir como despesa operacional, para efeito do cálculo do Imposto de Renda, os gastos com cursos de nível médio e superior.

— Uma vez que o Estado impõe à sociedade uma pesada carga tributária, é justo que as empresas possam deduzir as despesas que realizarem

com a educação profissional de seus empregados — disse o relator do projeto, senador Luiz Henrique (PMDB-SC).

A proposta agora será analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo (não precisará da aprovação do Plenário).

A Comissão de Educação também aprovou um projeto que atualiza a regulamentação do exercício da profissão de economista (PLS 658/07), de autoria do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

O texto recebeu duas emendas do relator, senador

Armando Monteiro (PTB-PE).

Ele excluiu do projeto a proposta de estabelecer o que chamou de “reserva de mercado” aos economistas registrados em Conselho Regional de Economia para lecionar em cursos que tenham conteúdos relacionados com economia. Condenou também a criação de um exame de proficiência como condição para o registro profissional.

O projeto será examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos e, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais.



Senador Vicentinho Alves (C) coordena debate sobre aviação em subcomissão

## Aéreas dizem que preço de querosene subiu demais

Em debate na Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, José Márcio Monsão Mollo, presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, reclamou do alto preço do querosene utilizado na aviação. Ele informou que a Petrobras aumentou o preço em 33% em 2011.

— O combustível representava 32% dos custos em 2010. Hoje já representa 40%.

Dados apresentados pelo professor Elton Fernandes, do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe/UFRJ), confirmam dificuldades das empresas aéreas na obtenção de lucro, apesar do aumento dos passageiros.

— Tarifas exageradamente baixas para encher os aviões aliadas a uma oferta exagerada não combinam com lucros — opinou Fernandes.

Ele acrescentou que impor tarifas altas a passageiros de negócios poderá “afastar os clientes mais rentáveis do transporte aéreo”.

Para Victor Celestino, diretor de Relações Institucionais da Trip, as dificuldades enfrentadas pelas empresas que operam voos regionais, em especial na Amazônia, são ainda maiores.

Celestino informou que as companhias pagam um preço ainda mais elevado pelo combustível, além de enfrentar graves problemas de infraestrutura.

## Flexa: Anatel debate bens de operadoras de telefonia

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) anunciou que a Agência Nacional de Telecomunicações iniciou discussões sobre como aplicar a “reversibilidade de bens”, prevista nos contratos de concessão de telefonia. Ele explicou que os contratos preveem que, ao seu término, os bens imprescindíveis para a prestação do serviço sejam revertidos ao controle da União, que poderá operá-lo diretamente ou por meio de nova concessão. Ele lembrou que a Anatel negou pedido da Vivo para vender parte do edifício que abriga a empresa em São Paulo.



Publio Valadães/Agência Senado

## Para Jucá, operação militar é importante para a Amazônia

Romero Jucá (PMDB-RR) falou da Operação Ágata 4, realizada pelo Ministério da Defesa no norte do país.

De acordo com a Defesa, 8,5 mil militares se mobilizam na maior ação de patrulhamento das Forças Armadas na fronteira com Venezuela, Suriname, Guiana Francesa e Guiana.

— Quero registrar a importância para Roraima e para a Amazônia dessa ação que está sendo feita e dizer que o governo transferiu hospitais de campanha e equipamentos para toda a região — disse.



Moneira Moutz/Agência Senado

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney  
**1º vice-presidente:** Marta Suplicy  
**2º vice-presidente:** Waldemir Moka  
**1º secretário:** Cícero Lucena  
**2º secretário:** João Ribeiro  
**3º secretário:** João Vicente Claudino  
**4º secretário:** Ciro Nogueira  
**Suplentes de secretário:** Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin  
**Diretora-geral:** Doris Peixoto  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino  
**Edição:** Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer  
**Reportagem:** Cíntia Sasse  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep



## Marta: para reduzir violência contra mulher, falta verba

Marta Suplicy (PT-SP) cobrou mais recursos orçamentários para o enfrentamento da violência contra a mulher. Segundo ela, não há dotação orçamentária específica para esse tipo de política.

— Não dá para falar em enfrentamento da violência contra a mulher sem orçamento. Prioridade na ação de governo se expressa com recursos.

Ela lamentou o fato de que, em São Paulo, as verbas federais destinadas ao combate à violência contra a mulher não têm sido aplicadas com transparência pelo estado.

## Ângela: agressão por homem não pode ser ignorada



Moreira Matiz/Agência Senado

Ângela Portella (PT-RR) citou em Plenário os “dados terríveis” do *Mapa da Violência 2012*. O estudo

indica o crescimento da violência contra a mulher — a cada cinco minutos, uma mulher é agredida no país.

— Esses índices preocupantes não podem mais ficar na insignificância. Expõem um problema que não é apenas cultural, social e econômico, mas também político. E, como todos sabemos, não é novo.



Publio Valadares/Agência Senado

Senadores votam projetos na Comissão de Meio Ambiente: texto aprovado prevê data de validade clara em embalagens

# Senado aprova data de validade legível em remédio

Projeto foi acatado ontem em caráter terminativo por comissão; segundo autor da proposta, impressão pouco legível faz com que, sem saber, consumidores comprem medicamentos vencidos

A IMPRESSÃO DO número do lote e das datas de fabricação e de validade do produto de forma facilmente legível e compreensível será obrigatória nos rótulos dos medicamentos.

Um projeto nesse sentido foi aprovado ontem, em decisão terminativa (sem necessidade de ir para o Plenário) e por unanimidade, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado.

De autoria do então senador Papaléo Paes, o projeto (PLS 259/08) estabelece que essas

informações sejam impressas em caracteres cujos atributos ainda serão definidos por órgão competente.

Pelo texto, fica vedado o uso exclusivo de relevo negativo ou positivo sem cor ou com cor que não ofereça nítido e permanente contraste com a da embalagem.

O mesmo projeto estabelece que serão acrescentadas informações em português sobre composição, indicação, modo de usar, número do lote e data de fabricação e validade nos rótulos e embalagens de

produtos importados, cuja comercialização no mercado interno independa de prescrição médica.

Ao justificar o projeto, Papaléo disse que o tipo de impressão encontrado nos medicamentos facilita a venda de produtos com validade vencida.

Relator do projeto, o senador Blairo Maggi (PR-MT) reconheceu a gravidade dos problemas decorrentes da ingestão de medicamentos com validade vencida. Ele disse que o consumidor merece maior proteção.

## Cidades brasileiras precisam abolir lixões até 2014, lembra Eduardo Lopes

Eduardo Lopes (PRB-RJ) advertiu que agosto de 2014 é o prazo final para que sejam eliminados os lixões a céu aberto no Brasil. A data está no Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Lopes apontou a importância da Copa do Mundo de 2014, mas disse que a realização de um evento esportivo internacional não pode servir de motivo para negligenciar uma



Waldemir Barreto/Agência Senado

das obrigações mais importantes da sociedade, que é a proteção ambiental.

— A Copa será um evento importante. Mas, como virá, passará. A terra em que vivemos não passará.

O senador disse que os lixões constituem “uma verdadeira chaga aberta nas cidades”, contaminando os lençóis freáticos e causando diversos problemas de saúde, sem falar no desequilíbrio ambiental “arrasador”.

## Paim: deficientes intelectuais podem tomar decisões



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paulo Paim (PT-RS) apoiou projeto do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) que adapta o Código Civil à

Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Paim defendeu a criação de mecanismos que considerem a capacidade de pessoas com deficiência intelectual tomar decisões, ainda que de forma apoiada. Para ele, a interdição judicial não deve dificultar a cidadania e o respeito aos direitos humanos.

## Malta diz que jornais discriminam evangélicos

Magno Malta (PR-ES) comentou a realização de um evento evangélico no último domingo em



Moreira Matiz/Agência Senado

São Paulo. O senador ironizou a contagem de participantes feita pelos jornais. Segundo ele, havia 3 milhões, mas a imprensa noticiou 500 mil. Em sua opinião, os jornais sempre aumentam a quantidade de participantes na Parada Gay de São Paulo. Ele disse não entender “a tentativa de discriminar pessoas que falam de paz”.

## Texto prevê que verba federal seja publicada em site

Os recursos que os estados e municípios receberem da União como transferência voluntária e constitucional deverão ser informados obrigatoriamente ao Portal da Transparência. A determinação está num projeto (PLS 60/10) aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. O Portal da Transparência, lançado em 2004, é um canal pelo qual o cidadão acompanha a execução financeira dos programas do governo federal. O projeto de lei aprovado é do ex-senador Raimundo Colombo.

## Nota fiscal de carro deverá informar sobre gás poluente

Fabricantes, comerciantes e órgãos de licenciamento de veículos poderão ser obrigados a divulgar dados sobre a emissão de gases poluentes decorrentes da queima de combustíveis. Segundo projeto de Clésio Andrade (PMDB-MG) aprovado em decisão terminativa ontem pela Comissão de Meio Ambiente, as informações deverão constar de peças publicitárias, da nota fiscal e do certificado de registro e licenciamento. Por iniciativa de Cristovam Buarque (PDT-DF), relator da proposta (PLS 38/11), os consumidores deverão ser informados sobre o gasto médio de combustível.

## Órgão de restrição ao crédito: 2 dias para corrigir erro

Os órgãos de restrição ao crédito terão até 2 dias para comunicar a clientes a correção de informação inexata transmitida a respeito dos consumidores. Projeto nesse sentido foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Hoje, os órgãos têm até 5 dias úteis para comunicar a correção. O texto inicial do PLS 329/12 sugeria a redução para 24 horas. Para o autor, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o prazo vigente é muito longo. Nesse período, afirma, “negócios deixam de ser realizados e contratos são inviabilizados”.

## Debatedores pedem que Congresso ratifique acordo mundial de biodiversidade

Representantes do governo, do Congresso e do terceiro setor defenderam ontem, no Seminário Internacional Diálogos sobre o Protocolo de Nagoya, a ratificação desse acordo internacional.

Promovido pela Comissão de Meio Ambiente do Senado em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e a União Europeia, o seminário discutiu o documento, elaborado em 2010 com as bases para um regime

internacional de acesso e repartição dos benefícios oriundos do uso da biodiversidade.

Segundo o pesquisador da Universidade das Nações Unidas Geoff Burton, o documento

cria um sistema global para pesquisa e negociação de recursos naturais de forma transparente e norteia o uso de recursos genéticos e a repartição justa de seus benefícios.

Burton explicou que, dos 92 países que assinaram o documento, quatro precisam que a adesão seja confirmada por seu Legislativo, como o Brasil.

O secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Roberto

Brandão Cavalcanti, afirmou que a adesão do país ao protocolo foi um grande passo, mas que agora vem parte difícil.

Explicou o presidente da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF):

— Caberá ao Legislativo ratificar o protocolo e garantir uma lei nacional que facilite o conhecimento de nossa biodiversidade e garanta recursos para pesquisas e políticas voltadas à indústria de biotecnologia.



Jonas Pereira/Agência Senado

Anthony Gross, Roberto Brandão Cavalcanti, Rodrigo Rollemberg e Carlos Joly



A chamada PEC da Música isenta de impostos CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros. Medida foi debatida ontem no Senado

# Isenção tributária de músicas coloca artistas e governo em lados opostos

DEBATE REALIZADO ONTEM pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) evidenciou a polêmica em torno da PEC da Música, que isenta de impostos CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros. De um lado, artistas, indústria fonográfica e produtores independentes defendem a proposta. Do outro, representantes do governo e da Zona Franca de Manaus combatem a desoneração.

A isenção prevista pela PEC da Música (Proposta de Emenda à Constituição 123/11) também alcançaria os suportes materiais ou arquivos digitais que contenham as obras. Em

contrapartida, não incidiria sobre o processo de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser, que continuaria a ser tributado.

A defesa da medida se baseia na eventual redução de preço para desestimular a pirataria.

— Com a imunidade, a indústria do livro floresceu. Com a música não deverá ser diferente — disse a diretora executiva da Associação Brasileira da Música Independente (ABMI), Luciana Pegorer. Segundo ela, 51% do valor de um DVD são impostos.

A carga tributária também recebeu queixas do presidente da Associação Brasileira de

Produtores de Discos (ABPD), Paulo Rosa. Ele afirmou que as empresas do setor amargam a elevação de 34% para 71% do peso do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado pelo estado de São Paulo, que concentra 60% do mercado.

Autor da PEC, o deputado federal Otávio Leite (PSDB-RJ) disse não ver um caminho para reduzir o preço do produto musical que não passe por desoneração tributária. No entanto, o coordenador geral de Tributação da Receita Federal, Fernando Mombelli, afirmou que a isenção abre precedente indesejado

e não garante sucesso contra a pirataria.

O representante, em Brasília, da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, Saleh Abu Hamdeh, considerou inadequado dar um tratamento constitucional a uma questão comercial. Já o presidente da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufrema), Thomaz Afonso Queiroz Nogueira, afirmou que a PEC deve gerar desemprego na região e não garante proteção ao artista brasileiro.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu um maior amadurecimento da matéria, ressaltando que, com a crescente digitalização da produção musical, talvez seja mais eficaz discutir a isenção das versões sem suporte físico.

No entanto, o presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), sinalizou a inclusão da proposta na pauta de votações de hoje da comissão. Relator da PEC, Eunício recomenda a aprovação.

A classe artística foi representada no debate por Raimundo Fagner, Ivan Lins, Francis Hime, Olivia Hime e Marrone.



Artistas, como Fagner (3º à dir.), acompanharam o debate sobre a PEC, que Eunício (5º à esq.) quer colocar em votação hoje

## Aprovado adicional a profissional de limpeza

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de lei do Senado (PLS 203/05) que prevê o pagamento de adicionais de insalubridade e de atividade penosa para os empregados em serviços de limpeza, asseio, conservação e coleta de lixo. A proposta ainda será votada em turno suplementar. A intenção inicial do autor, Paulo Paim (PT-RS), era assegurar à categoria aposentadoria especial aos 25 anos de serviço. A CAS, no entanto, excluiu essa possibilidade.

## Mais prazo na isenção sobre lucro imobiliário

O contribuinte que vender imóvel residencial e adquirir outro com o dinheiro da transação poderá ter prazo de até 365 dias para se beneficiar da isenção do Imposto de Renda sobre lucro imobiliário (ganho de capital). Projeto de lei do Senado (PLS 21/09) com esse objetivo também foi aprovado terminativamente ontem pela CAE. Relator da proposta, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o rigor exigido na documentação dificulta a conclusão das operações no prazo atual de 180 dias.

## Impressora em braile pode ficar isenta de IPI

A isenção de IPI para as impressoras de caracteres braile foi outra das propostas aprovadas ontem pela CAE, em caráter terminativo (sem necessidade de passar pelo Plenário). O benefício vale tanto nas importações como nas operações no mercado interno. Na justificativa da proposta, o autor, senador Ciro Nogueira (PP-PI), argumentou que a produção de documentos impressos pelo sistema braile é de “excepcional importância” para centenas de milhares de brasileiros que sofrem de deficiência visual severa.

## Miriam Belchior confirma previsão de crescimento de 5,5% em 2013

A previsão de crescimento do Brasil para 2013 é de 5,5%, garantiu ontem a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, em audiência pública na Comissão Mista Orçamento (CMO). Segundo a ministra, o Brasil vai manter o ritmo de crescimento iniciado em 2010 e será ajudado pela melhora dos indicadores das nações industrializadas, como os Estados Unidos e os membros da zona do euro.

Miriam Belchior também justificou pontos polêmicos do projeto da Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO) para 2013, enviada pelo governo ao Congresso. É o caso da possibilidade de executar investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento

(PAC) e das estatais mesmo se a lei orçamentária não for sancionada até 31 de dezembro. De acordo com ela, a medida é necessária para manter o crescimento da economia.

Quando ao pedido do relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), para que sejam detalhadas as ações do Anexo de Metas e Prioridades do projeto da LDO, a ministra não assumiu compromisso. O governo informou apenas que as prioridades serão o PAC, o Minha Casa, Minha Vida e o Plano Brasil sem Miséria.

Valadares entregará seu parecer preliminar na sexta-feira. O prazo para apresentação de emendas vai da segunda à quarta-feira. As informações são da Agência Câmara.



Miriam (2ª à esq.), deputado Paulo Paim, presidente da CMO, e Valadares

## Pinheiro elogia mudanças nas regras da poupança

Walter Pinheiro (PT-BA) elogiou as medidas adotadas pelo governo que modificaram as regras da poupança, que irão permitir, segundo ele, uma queda maior da taxa de juros, beneficiando o consumidor final e toda a cadeia de produção.

— A medida vai completando todo um ciclo decisivo e corajoso do governo — explicou.

Segundo ele, outras batalhas devem ser enfrentadas, como a reforma tributária e um novo pacto federativo, para viabilizar investimentos dos estados e municípios.

## Viana propõe novo índice para avaliar desenvolvimento

Jorge Viana (PT-AC) defendeu ontem um novo modelo a ser adotado no planeta para aferir o desenvolvimento das nações. Segundo o senador, um breve olhar sobre o mundo, o consumo e a produção revela que o atual modelo é insustentável e está no século passado.

Viana propôs que se aproveite a Rio+20, a ser realizada em junho, no Rio de Janeiro, também para discutir um “sucessor” para o produto interno bruto (PIB) como principal índice econômico das nações.

## Anibal comenta estudo sobre integração entre Brasil e Peru

Anibal Diniz (PT-AC) destacou ontem análise da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior que mostra o quanto a integração entre Brasil e Peru é tênue, embora os dois países compartilhem uma fronteira de quase 3 mil quilômetros.

No entanto, segundo o senador, o estudo também indica que, a partir da década de 2000, as relações econômicas bilaterais e a integração sul-americana ganharam prioridade na agenda diplomática de Brasil e Peru. Com isso, disse, a relação ganhou novo grau de importância, com iniciativas de integração, a exemplo da recém-inaugurada Rodovia Interoceânica.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado